



Gênero e Barragem: um estudo sobre as experiências das mulheres atingidas da UHE de Jaguará¹

Gender and Dam: a study on the experiences of women in the Jaguará UHE

Jéssica Pires Cardoso²

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar a dimensão de gênero em um contexto de construção de barragem. A análise desenvolvida toma como base o estudo de caso realizado na cidade de Rifaina/SP, impactada diretamente pela construção da UHE (Usina Hidroelétrica) de Jaguará no final da década de 1960. Para tanto, lança mão de uma análise processual que busca relacionar o modo de vida das mulheres antes, durante e depois da construção da usina hidrelétrica a fim de compreender as transformações no modo de vida das mulheres *atingidas*, bem como as relações e dominações de gênero em tal conjuntura. A hipótese levantada é de que as consequências da instalação de uma barragem extrapolam os níveis ambientais e sociais, e atingem diretamente a sociabilidade feminina, notadamente, ao agitar as relações pautadas na dominação patriarcal, seja para reforçar, romper ou simplesmente reafirmar as desigualdades de gênero em uma família.

Palavras-chave: Gênero; Atingidas por barragem; Experiência.

Abstract

This article aims to analyze the gender dimension in a context of dam construction. The analysis developed is based on a case study carried out in the city of Rifaina / SP, directly impacted by the construction of the Jaguará UHE (hydroelectric power plant), in the late 1960s. In order to do so, it uses a procedural analysis that seeks to relate the way of life of women before, during and after the construction of the hydroelectric power plant in order to understand the transformations in the way of life of the women *affected*, as well as the relations and dominations of gender in such conjuncture. The hypothesis raised is that the consequences of the installation of a dam extrapolate environmental and social levels, and directly affect female sociability, notably by stirring relations based on patriarchal domination, either to reinforce, break or simply reaffirm gender inequalities in a family.

Keywords: Gender; Affected by dam; Experience.

¹ Este trabalho é resultado da minha dissertação de mestrado intitulada “Trajetórias de vida e de classe: um estudo sobre rearranjos territoriais e identitários na implantação da usina hidrelétrica de Jaguará”, defendida no PPG-Sociologia/UFSCar.

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos e pesquisadora do Grupo CNPq Ruralidades, Ambiente e Sociedade (RURAS). A pesquisa contou com o financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Email: jessicapires.cardoso@gmail.com



1. Introdução

O debate sobre a construção de Usinas Hidrelétricas (UHE) no território nacional tem sido largamente marcado pelas discussões sobre violação de direitos humanos, impactos sociais e impactos ambientais (ACSELRAD; SILVA, 2011; DERROSO; ICHIKAWA, 2014; PARMIGIANI, 2006; PASE; ROCHA, 2015). Analisando criticamente este contexto, notamos que as disputas e tensões neste território não se fixam em um conflito binário entre o órgão proponente da obra e aqueles que ocupam o espaço inundado, mas os conflitos também se estendem àqueles que oficialmente foram considerados *atingidos*. Assim, as experiências e as percepções daqueles que vivenciam a construção de uma barragem não são unívocas. Há, neste caso, famílias que experienciam a construção da barragem como algo positivo, inclusive benéfico para a vida pessoal, familiar, ou mesmo, para a rotina da sociedade, enquanto outras experimentam este episódio de modo negativo.

Além destas discussões, outros trabalhos se aprofundam na temática da emergência da questão ambiental pós formação do lago artificial, investigando as transformações das ruralidades neste território, como a resignificação da natureza e do rural (CARDOSO, 2016), bem como a valoração econômica das terras banhadas pelas águas (GONÇALVES et al, 2001). Deste ponto de vista, o processo de resignificação do ambiente natural pode ser compreendido pela mobilização de recursos cognitivos que retraduzem este território como dotado de valoração econômica, social e simbólica.

Em consonância com tais debates, este artigo tem como objetivo analisar a dimensão de gênero em um território marcado pela chegada de um grande projeto hídrico. Especificamente, pretende-se problematizar as múltiplas experiências de dominação de gênero das mulheres *atingidas* pela edificação da Usina Hidrelétrica de Jaguara, construída no município de Rifaina/SP, articulando à reflexão elementos da sociologia rural e da emergência da questão ambiental, além da tradicional discussão que envolve a temática de barragens.

De início, convém destacar que o trabalho fará uma análise histórico-processual buscando evidenciar o modo de vida das mulheres antes, durante e depois da construção da usina hidrelétrica de Jaguara com base em três dimensões e/ou episódios importantes, a saber: o trabalho rural feminino e a relação com a *terra*; o momento de “negociação”³ da compra-venda da terra; e a proeminente participação feminina em um contexto de resignificação do rural e emergência da questão ambiental. Estas dimensões, contudo, não suprem todas as especificidades vistas neste episódio. Por isso, outros elementos serão articulados e vinculados ao longo do texto a fim de aflorar as subjetividades femininas, tal como suas transições. A hipótese que ampara este texto é a de que a chegada de uma usina hidrelétrica em um território pode agitar as relações desiguais de gênero, seja para reforçar, romper ou simplesmente reafirmar as desigualdades preexistentes nas famílias. Para tanto, é preciso reconstruir a trajetória de vida destas mulheres, observando suas sociabilidades e possíveis mudanças antes e depois da barragem.

Estas experiências serão abordadas com base em resultados da pesquisa de mestrado defendida pela autora nomeada “Trajetórias de vida e de classe: um estudo sobre rearranjos territoriais e identitários na implantação da usina hidrelétrica de Jaguara”. Jaguara foi instalada no município de Rifaina, situado na região nordeste do estado de São Paulo, no final da década de 1960, notadamente um contexto histórico em que a Ditadura Militar, Estatuto da Terra e decretos nacionais, que qualificavam as barragens como de “utilidade pública e benefícios nacionais”, eram vigentes. Implantada pelas Centrais Elétricas Brasileiras S/A (ELETROBRÁS) e executada por sua subsidiária regional Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), sob a responsabilidade da construtora Mendes Júnior, a barragem está localizada no Médio Rio Grande e submergiu uma área de 34,6 km², sendo ela majoritariamente do

³ Vale ressaltar, desde já, que termo “negociação” será relativizado. Entende-se que, além das relações de força que pendem a favor dos grandes setores, a UHE de Jaguara teve o agravante de ser construída no auge da ditadura militar, o que suprimiu qualquer chance de negociação efetiva.



meio rural.

A fim de desenvolver tal problemática, o artigo encontra-se dividido em sete tópicos. Após esta breve introdução, na segunda e terceira seção será apresentada a fundamentação teórica-metodológica do artigo, a fim de fazer uma apresentação das articulações propostas e recursos metodológicos utilizados. As seções quatro, cinco e seis foram estruturadas visando a análise das problemáticas que envolvem as relações de gênero e barragem, especificamente, as relações de trabalho antes da construção da barragem; a chegada de um grande contingente de trabalhadores no território e os episódios de “negociação” de compra-venda da terra no período de construção da UHE de Jaguará; e a emergência da questão ambiental e resignificação do rural articulada a dimensão de gênero. Por fim, as considerações finais que serão elencados alguns dos principais argumentos desenvolvidos no artigo.

2. Fundamentação teórica

No intuito de trabalhar com as relações de gênero em um contexto de construção de usina hidrelétrica, este artigo parte de dois pressupostos para sua elaboração. Inicialmente, reconhece-se que no processo de construção de barragem as relações de gênero adquirem viéses multifacetados, isto é, as tessituras que circundam tais dimensões e as experiências das mulheres atingidas não é única e *sui generis*. Por sua vez, esta complexa relação não pode ser explicada por um referencial teórico analítico fixo e estático, mas vê-se a necessidade de uma articulação teórica em que se mobilize diferentes correntes, a fim de sustentar a proposta em questão.

A princípio, lançamos mão da noção de *experiência* (THOMPSON, 1981) para compreender as múltiplas relações de gênero, e suas significações, ao episódio da instalação da barragem vistas em campo. Por meio da “experiência humana”, o autor estabelece relação entre a história e o indivíduo no espaço-tempo e reinsere mulheres e homens no curso da história, *sujeitos históricos* que compartilham valores, normas e regras apreendidas como sentimentos por meio de uma vivência comum, e que intervêm ativamente em determinado acontecimento (THOMPSON, 1981). Estes sujeitos históricos, agentes que experienciam situações determinadas, refletem sobre a experiência em sua *consciência* e sua *cultura* e agem, *a posteriori*, “contra” ou “a favor” das normas, famílias e mercados baseados em pressupostos morais e éticos (THOMPSON, 1998). Isto posto, o autor não compreende os agentes como meros reprodutores de uma ordem social mas, com base na experiência vivida, reconhecem o mundo, criam objetivos e geram estratégias segundo o “trato” que dão para suas relações culturais.

Somados aos pressupostos thompsonianos, as relações prévias de gênero são essenciais para compreender o papel das mulheres em um contexto de construção de barragem, o significado de vivenciar as transformações que uma UHE carrega *per se* assim como as relações de dominação e hierarquia nos cenários público – privado. Dado o período histórico da instalação da barragem, optou-se por uma análise com base na ordem patriarcal de gênero⁴, no qual as relações de *dominação – exploração* foram concretizadas sobretudo, mas não exclusivamente, pelas figuras masculinas do pai, irmão e marido. Estas relações de dominação de gênero foram observadas desde a divisão sexual do trabalho, no qual as mulheres desempenhavam o trabalho reprodutivo relativo aos cuidados domésticos e de *care*⁵, até o distanciamento das mulheres do ambiente público motivado pela acomodação dos

⁴ Segundo Saffioti (2015, p. 148), o patriarcado ou ordem patriarcal de gênero, “só se aplica a um fase histórica, não tendo a pretensão da generalidade nem da neutralidade, e deixando propositalmente explícito o vetor da dominação-exploração. Perde-se em extensão, porém se ganha em compreensão”.

⁵ De acordo com Hirata e Guimarães (2012, p. 01), o termo *care* “é dificilmente traduzível porque polissêmico. Cuidar do outro, preocupar-se, estar atento às suas necessidades, todos esses diferentes significados, relacionados tanto à atitude quanto à ação, estão presentes na definição de *care*”.



“peões de trecho”⁶ no território.

Ainda sob a perspectiva de gênero, questões empíricas do estudo de caso em tela demandaram esforços analíticos completos. Dentre estas questões, está a complexidade que permeia as relações de gênero no mundo rural. Conforme se verá adiante, a invisibilidade do trabalho produtivo feminino e as discussões que perpassam o valor do trabalho reprodutivo, quando recaem no espaço rural, tornam-se ainda mais problemáticas, visto que as mulheres entendem o campo que circunda sua moradia como uma extensão da casa. Consequentemente, as mulheres não separam as atividades que exercem nos dois espaços, declarando-as como trabalho doméstico (PAULILO, 2013).

Em diálogo com o suporte teórico das discussões sobre gênero e as especificidades do gênero no meio rural, reconhece-se a importância de trazer à tona trabalhos que versam sobre o modo de vida e as relações de trabalho neste território. Os pressupostos teóricos da sociologia rural dão suporte para aprofundar nas sociabilidades de uma organização tipicamente *caipira* (CANDIDO, 1987), salientando a importância da *terra* pelo ponto de vista econômico e de subsistência, por ser um espaço de organização do trabalho e geração de renda, tal como pela importância simbólica, por ser um espaço de moradia carregado de bens simbólicos e imateriais (WANDERLEY, 2009).

Por fim, no propósito de articular a dimensão de gênero às questões ambientais, serão abordadas as mudanças pós construção da barragem, especificamente, as ressignificações da natureza e do rural com a formação do lago artificial de Jaguará. Segundo Carneiro (2012), pesquisas contemporâneas vêm mostrando uma ruptura na tradicional dualidade rural *versus* urbano. Logo, há uma nova forma de ocupar o espaço onde passa a reconhecer, em um mesmo território, a presença de múltiplas sociabilidades e distintas articulações econômicas. Um resultado significativo destas discussões reside na origem da questão ambiental (JOLLIVET, 1998).

3. As mulheres atingidas: uma breve apresentação metodológica

Ainda hoje, os reflexos da instalação da barragem no território rifainense são perceptíveis e podem ser notados, entre outros, pelos novos ritmos econômicos e sociais que conduzem o município. Há, contudo, reflexos silenciosos, ocultos, quase que encobertos pelas águas que invadiram o território há quarenta anos. Lembranças, memórias e narrativas de mulheres *atingidas* que vieram à tona pela oportunidade de diálogo e de escuta. Por meio da metodologia de história oral, que teve como base as entrevistas qualitativas semiestruturadas, foi possível captar as experiências efetivas das narradoras, alcançando tradições e mitos, lembranças e crenças, narrativas de mulheres que conservaram ocultas suas memórias ao longo dos anos (QUEIROZ, 1988).

A investigação empírica se deu por meio de um estudo de caso qualitativo de caráter exploratório realizado entre os anos de 2014 e 2016. Por meio da técnica “bola de neve”, que consiste em criar uma cadeia de referência a partir de um informante inicial que está inserido na comunidade, o estudo apresenta a história de vida de cinco mulheres *atingidas*⁷. A escolha das mulheres entrevistadas seguiu dois critérios importantes, a saber: ter vivenciado o episódio de construção de barragem e, atualmente, residir no município de Rifaina. Logo, os relatos que vistos adiante são de um tempo longínquo, lembranças de um passado que se perderia no tempo e no espaço pela atual ausência da comunidade de ouvintes dispostos a tecer a sabedoria das velhas cidadinas, escassez de pessoas interessadas em fixar o olhar sobre o passado e valorizar as lembranças e histórias daquelas que têm a função social de rememorar e transmitir sabedoria (BOSI, 1994). Estamos trabalhando, portanto, com *velhas mulheres*

⁶ Homens de outros municípios que fixaram no território de Rifaina para trabalhar na construção da Usina Hidrelétrica de Jaguará.

⁷ Em diálogo com o suporte thompsoniano é preciso ressaltar que a pesquisa não utilizou o critério de “ponto de saturação” para cessar a coleta de depoimentos já que a categoria central de análise são as experiências e as interpretações individuais.



atingidas pela barragem de Jaguara e que, no momento das entrevistas, tinham uma faixa etária em torno de 67 anos e 91 anos.

4. O trabalho feminino no mundo rural

Tomando como base a localização do município de Rifaina, cercado de terras férteis e abundante em água, é sintomático a predileção das famílias em estabelecer suas necessidades vitais interligadas diretamente com a natureza. A organização de trabalho e a geração de renda neste território rural estavam fundamentadas na produção agrícola através do ritmo das águas do rio e da regularidade das estações – época da seca e das águas. Atividades realizadas por mulheres e homens que concatenavam sabedorias e múltiplas racionalidades ligadas a um projeto de vida de equilíbrio vital entre as famílias e a natureza (BRANDENBURG, 2010).

A lida na terra foi guiada pelos limites bem demarcados entre o tempo de “seca”, de março a outubro quando as *olarias* e *cerâmicas* predominavam no território, e o tempo das “águas” com a plantação na roça, com o início do cultivo no mês de novembro e de colheita em janeiro/fevereiro. Comumente, todos os membros das famílias eram envolvidos nas atividades agrícolas da unidade. Contudo, nas *olarias* e *cerâmicas*, mulheres e homens não exerciam a mesma tarefa. Na divisão sexual do trabalho, coube ao homem o trabalho “pesado”, em atividades que requeriam maior força física, como ir às olharia, retirar o barro, carregar tijolos. À mulher, competia as atividades no âmbito doméstico, ligadas a organização da casa e de cunho “leve”.

Por outro lado, mulheres e homens empenhavam-se na lida da roça para conseguir o sustento familiar, atividades que começavam cedo, ainda quando crianças, seja no âmbito doméstico ou seja na labuta sob o sol latente. Carpiam o terreno, “afofavam” a terra, zelavam a plantação. Trabalhavam juntos, exercendo a mesma atividade e ritmo agrícola. Assim como os homens, elas faziam a roça, carpiam, colhiam, debulhavam e ensacavam as colheitas de arroz, feijão, milho e outras culturas agrícolas. E mais, conduziam “o arado sob o sol com um filho no colo e outro na barriga” (Elzira Rodrigues, 91 anos)⁸.

A fala da Sra. Elzira ilumina alguns pontos do debate e expõe a dominação de gênero, além de dar vida e detalhes ao momento da lida agrícola.

A gente trabalhou demais na vida. Eu sou muito novinha. Tenho só noventa e um anos. Noventa e um anos! Sempre trabalhei. Quando eu tinha sete anos já acordava cedo para ir para a roça trabalhar. Trabalhei desde novinha. Casei e trabalhei mais ainda. Eu trabalhava com meu marido, ajudava. Também a gente era pobre quando a gente casou. E aí ele alugou um sítio, comprou dois bois e um arado e eu mesmo arava a terra para plantar as coisas. E aí eu ia segurando a guia, guiando os bois, com um menino no braço e outro na barriga. Dia interinho naquele sol quente! Porque naquele tempo ele não estava podendo nem pagar quem estava trabalhando. Era eu que ajudava ele (...) Fazia serviço de homem. Parecia homem. Trabalhei demais. Nossa senhora! E ainda cuidava da casa (Elzira Rodrigues, 91 anos).

Pela descrição detalhada de Sra. Elzira é visível o trabalho ativo da mulher que, mesmo com um filho na barriga e outro ao lado, arava o terreno para o plantio da lavoura sob o sol quente do dia a dia. Contudo, a despeito do primoroso relato que expõe a dureza da lida agrícola, o trabalho firme e direto, além da importância de sua atuação para os negócios familiares, o trabalho na esfera produtiva realizado pela mulher foi visto como “ajuda” ao marido e/ou à família. Segundo Brumer (2004), o reconhecimento do trabalho produtivo feminino como “ajuda” é explicado por vivermos em uma sociedade paternalista, e de certo modo machista, em que atribui ao homem a responsabilidade de provedor da família.

Outrossim, as atividades no âmbito doméstico e de cunho “leve” como o cuidado dos filhos, a

⁸ Todos os nomes usados no trabalho são fictícios.



organização familiar e as limpezas gerais do espaço também eram de responsabilidade das mulheres e foi empenhado por todas as entrevistadas ainda quando crianças. Na divisão sexual do trabalho que enquadra os homens à esfera produtiva e as mulheres à esfera reprodutiva, o trabalho é qualificado por quem executa e não pela atividade em si (HIRATA; KERGOAT, 2007). Desta forma, a denominação de trabalho “leve” e “pesado” depende dos realizadores das atividades e de qual posição ocupam na hierarquia familiar, o que significa, em grande medida, que o trabalho “leve” não será realizado pelo homem, mas sim pelas mulheres e crianças, e que essa atividade não expressa um trabalho “agradável, ameno e prazeroso” (PAULILO, 1987). É interessante destacar ainda que o trabalho feminino, muitas vezes significado como “leve”, transparece no relato acima como trabalho pesado ao ser equiparado ao “serviço de homem”, ou melhor, ao “parecer” homem. Ao utilizar tal estratégia cognitiva, a mulher externaliza o peso do trabalho exercido e destaca sua atividade como elemento essencial e imprescindível para o sucesso familiar.

A história de vida de Sra. Elzira, antes da construção da UHE de Jaguará, dialoga sobremaneira com o próximo relato: ambas expõem a jornada precoce na lavoura e nas atividades domésticas e mobilizam uma estratégia recursiva que, como em um movimento pendular, oscila entre a “ajuda” e o “trabalho” ao se referirem ao espaço agrícola. Ou melhor dizendo, as mulheres rurais não veem o campo como espaço de trabalho, ao contrário, é extensão de sua casa (PAULILO, 2013). Outrossim, Sra. Veridiana expressa com clareza as relações hierárquicas de gênero no interior da sua residência.

*Eu nunca trabalhei. Trabalhei na roça. Panhei muito algodão, sabe? Café. Mas no tempo do meu pai não, enquanto ele estava vivo não. Trabalhava em casa e quando ele morreu eu tinha treze anos. Mas toda a vida a gente trabalhava porque antigamente, com sete anos a gente tinha que subir no banquinho para fazer comida no fogão de lenha. Ai ele faleceu e a responsabilidade passou para a minha mãe. Ela começou a trabalhar, ganhava pensão dele; ele tinha deixado muita coisa ainda, sabe? Muito porco no chiqueiro, muita coisa, aí minha mãe começou a vender as coisas. Aí você já viu, né? Ai ela foi trabalhar em casa de família e, eu e minha irmã, a gente gostava muito de panhar algodão. E fomos. **Mas logo depois casei com meu marido, eu tinha dezesseis anos, aí sofri um pedaço com ele até ele morrer para eu voltar trabalhar e acabar de criar meus filhos, né?** Ai eu fui para a roça, e eu fazia de tudo (...) Nós capinava, panhava café, panhava algodão, fazia de tudo! (Veridiana Andrade, 67 anos).*

Além de notório os pontos elencados anteriormente, chama a atenção o papel relevante da figura masculina, no caso o marido, como força dominante capaz de limitar e impedir a mulher de trabalhar no espaço produtivo. A morte cessa a dominação patriarcal de gênero neste ambiente e interrompe a dor e sofrimento vivido por esta mulher. Viúva de seu primeiro marido, Sra. Veridiana volta a trabalhar nas variadas culturas agrícolas da região para sustentar seus filhos. Quando necessário, levava consigo as crianças para o local de trabalho produtivo explicado por dupla necessidade: ter dinheiro e cuidar dos filhos. Então, as crianças desempenhavam as tarefas denominadas “leves” junto com a mãe para ajudá-la no sustento familiar. Passados alguns anos, “casei de novo, e não pude mais trabalhar” (Veridiana Andrade, 61 anos). A entrevistada externaliza e reafirma as lembranças da dominação de gênero concretizada pela figura masculina em um regime de *dominação-exploração* das mulheres pelos homens (SAFFIOTI, 2015).

Em síntese, duas mulheres distintas, mas com relação entre casa e trabalho semelhantes. Como traço comum, a ligação com a *terra* por meio do trabalho antes da construção da barragem, a dominação de gênero exercida pelo marido e a naturalização ao trabalho reprodutivo relativo aos cuidados domésticos e de *care*.

O segundo casamento restringe novamente Sra. Veridiana, que até então circulava no meio produtivo e era amplamente conhecida como provedora familiar. À vista disso e para ter relativa autonomia financeira, ela passou a produzir produtos alimentícios para vender tanto na comunidade como nos empreendimentos de olarias e cerâmicas existentes no território. Esta opção, para além da dominação gênero vivenciada dentro da residência, dialogava com a produção das mulheres do



município. Inseridas nos valores da tradicional propriedade patriarcal, muitas vezes, suas atividades restringiam-se à produção e venda de quitutes e guloseimas no território. No caso de Sra. Veridiana, a não circulação no espaço público estendia, inclusive, aos momentos de comercialização das mercadorias, efetivada por uma criança que morava próximo de sua residência.

Também, as tensões de gênero alinhadas aos conhecimentos culinários significaram uma ruptura na tradicional propriedade patriarcal. Ou seja, algumas mulheres que experienciaram situações determinadas de dominação geraram estratégias segundo suas necessidades e exigências no momento (THOMPSON, 1981). A Sra. Firmina de Mattos⁹ formulou estratégias para o sustento familiar e sua subsistência quando se tornou a única responsável pela criação dos três filhos. Foi então que a matriarca idealizou uma pequena feira em frente sua residência com o objetivo de vender suas produções caseiras.

Ela [mãe] nunca trabalhou. Só em casa mesmo. Quando meu pai abandonou a gente, minha mãe precisava sustentar a família. E foi como eu te falei, a gente estava no "perrengue danado"! Ai a gente montou uma feira, uma feirinha para vender marmitta. Isso foi antes de montar a usina (Irineu de Mattos, 69 anos)

5. A instalação da UHE e os reflexos nas mulheres

Considerar as dimensões de gênero no momento da construção da UHE de Jaguara é interessante. A situação é significativa não apenas pela submersão das terras produtivas, espaço em que mulheres exerciam o trabalho agrícola e conseguiam o sustento familiar, mas a instalação deste grande empreendimento transformou a conjuntura territorial e agitou aquele pacato município rural. A rigor, dois episódios neste amplo processo de construção de barragens são relevantes para a análise proposta: a chegada e instalação de operários para trabalhar na empreiteira e concessionária e os episódios de "negociação" de compra-venda da terra.

Um dos efeitos observados pela inserção de um grande projeto hídrico no território é o deslocamento maciço de grandes contingentes populacionais em direção onde se instalarão o reservatório e o canteiro de obras (VAINER; ARAÚJO, 1992). Para além do crescimento do desemprego local, vários estudos têm apontado o aumento da violência de gênero neste local¹⁰. No caso do território de Rifaina, a chegada dos chamados "peões de trecho" refletiu, em alguns casos, no enquadramento da liberdade feminina ao limitar seus passos e ações a mando do marido, e em outros na emancipação feminina e rompimento das amarras da dominação de gênero.

Neste território rural, onde as relações de gênero demonstravam-se hierarquizadas e desiguais, a aproximação de trabalhadores, majoritariamente homens, significou uma ameaça para a integridade de algumas mulheres. Então, se antes a casa era o espaço mais íntimo da mulher pela obrigatoriedade do *cuidado*, no processo de construção da UHE a casa se reafirmou como espaço feminino, agora não apenas como espaço do *cuidado* mas de "proteção" contra os "peões de trecho" que se encontravam no território. Pais, irmãos e maridos controlavam o corpo feminino limitando sua circulação em um território que se encontrava em intensa mudança. Isso refletiu diretamente na percepção feminina do que significou a instalação da barragem e vivência do deslocamento compulsório. Algumas mulheres reconhecem a existência de um hiato na vivência deste episódio, estabelecendo como causas fundamentais a ausência de seus corpos neste espaço social, a majoritária participação masculina em assuntos ligados à rotina familiar, além da dominação de gênero.

A gente não participava muito das coisas. Hoje a gente quer participar, dar palpite, quer falar. Naquela época não [...] Ele [marido] era muito ciumento, enjoado, não podia

⁹ O contato com a história de vida da Sra. Firmina de Mattos (falecida) se deu através de seu filho Ivan de Mattos.

¹⁰ Esta é, inclusive, pauta de análise do Movimento de Atingido por Barragens (MAB).



nem sair de casa, visitar ninguém, era aquela coisa esquisita. Então parece que você não viveu aquilo, não conheceu. Na “pensão”¹¹ não podia nem sair lá para ajudar. Ajudava na cozinha, mas eu não saía para servir ninguém. Ele não deixava [...] Então parece que não vivi essa época da construção (Inês Carvalho, 70 anos).

A vida de Inês Carvalho, filha de Sra. Firmina de Mattos, é representativa pois transparece os reflexos da dominação patriarcal de gênero. Concretamente, a premissa de que os homens são os únicos responsáveis pelo contato com o exterior (BRUMER, 2004) reflete diretamente na percepção de uma “não vivência” deste fato histórico. Por outro lado, a matriarca experienciou a chegada dos chamados “peões de trecho” e o aumento da população no território como oportunidade de trabalho e conjuntura favorável para reverter as dificuldades financeiras vivenciadas após a transformação na composição familiar. A rigor, a nova conjuntura territorial que dispõe de uma nova ordem econômica foi experienciada como uma ocasião favorável para impulsionar o rendimento familiar e oportunizar ganhos pessoais. E este rendimento econômico não foi impulsionado apenas pela venda de suas produções caseiras, mas pela oportunidade de ser contratada como cozinheira da empreiteira Mendes Júnior. Logo, os novos ritmos territoriais foram frutíferos para esta mulher tendo como resultado relevante a construção de uma percepção favorável e profícua com relação à barragem e seus resultados. “Ah, para minha mãe é a paixão dela. Ela morreu falando nessa Mendes Júnior. Nossa Senhora. Ela adorava. Meu irmão também. Eles que aproveitaram mais. Eu não” (Inês Carvalho, 70 anos).

Tomar este território na perspectiva da noção de *milieu* econômico, tal como proposto por Martins (2014), permite articular distintas dimensões de motivação dos agentes sociais dando lugar a multicausalidade nos territórios rurais. Então, nos termos do *milieu* econômico, esta nova territorialidade transformou-se em potencial monetário pela intensa circulação dos agentes sociais e espaço para romper com a dominação de gênero.

A propósito dos momentos de “negociação” de compra-venda das terras a serem inundadas é possível afirmar que as mulheres sofreram dupla desqualificação. A primeira seguindo uma lógica patriarcal das propriedades rurais, em que os homens ficavam responsáveis pelo contato com o ambiente externo e incumbido de negociar os valores das indenizações. A segunda exercida pela própria construtora e seus agentes dotados de saber técnico e signos rebuscados de comunicação. Nesse caso, a construtora estabelecia uma relação preconceituosa com as mulheres desqualificando-as como sujeitos de direitos por meio do não reconhecimento de suas vozes nos encontros individuais para negociação. As mulheres não eram reconhecidas como interlocutoras; em outras palavras, não eram identificadas como *atingidas*. Sendo assim, a estratégia *territorial-patrimonialista* empregada pela concessionária pode ser nomeada de estratégia *territorial-patriarcal-patrimonialista* uma vez que um *atingido*, para que fosse compensado financeiramente, era necessário possuir a propriedade legal da terra inundada com a formação do reservatório hídrico e, somado a isto, ser do gênero masculino para efetivar a transação por meio da assinatura.

A mais velha era eu, né? Tinha meu irmão. Mas meu irmão nunca estava aqui. Às vezes eu é que tinha que assinar tudo. Eu é que conversava com o Sr. Lúcio. Ele [irmão] morava para Goiânia, morava para lá, mas ele veio e finalizou o processo. Pegou o dinheiro da indenização em Pedregulho (Veridiana Andrade, 67 anos).

No depoimento de Veridiana, tem-se elementos que possibilitam observar o decurso da negociação até o momento em que se finaliza o processo. A despeito dos contatos terem se iniciado e constituído por meio do diálogo com a mulher, o recebimento da indenização apenas se materializou e concretizou com o deslocamento e a presença da figura masculina para assinar os papéis, no caso, o irmão. Outrossim, a participação desta mulher não se deu em casos isolados e situações específicas.

¹¹ A Sra. Inês faz referência à “pensão” ou “feira” que sua mãe Firmina montou após a separação do marido e da chegada da UHE de Jaguara, para vender comida e marmittas.



Ao contrário, o contato de Veridiana foi intenso, dando inclusive sinais de resistência àquele processo de “negociação” permeado de violência simbólica por meio dos poderes desiguais, silenciamentos e hierarquias de todas as ordens.

Era o Sr. Lúcio da CEMIG que vinha fazer “negociação” com a gente. E dizia: “Olha, é pegar ou lagar!” Ai a gente pegou, né? A oferta que eles davam era aquilo. Só o Lúcio que vinha conversar. É aquilo, é aquilo! Ninguém conseguia mudar aquela situação! Tinha gente que falava que não queria sair, que não queria aquilo. Mas no fim, né? Quem entra em demanda com a CEMIG? Então, tivemos que sair todo mundo (Veridiana Andrade, 67 anos).

Na mesma direção, Sra Almerinda Martins (70 anos) aponta que apesar de dialogar com os engenheiros, avaliadores e advogados sobre o tamanho da terra e o valor a ser pago à gleba de sua família, foi o irmão mais velho que finalizou a “negociação”. Por outro lado, houve outras mulheres que por terem seus corpos proibidos de circular nos espaços públicos pelos homens da residência, sobretudo o marido, não participaram da “negociação” nem mesmo dialogaram com o patriarca sobre o assunto.

Engraçado que naquele tempo [...] hoje as mulheres participam de tudo o que os maridos fazem. Naquele tempo era diferente. Eu não sabia de nada do que ele fazia. Não sabia de negócio nenhum dele. Essas coisas [de indenização] eu não sei te explicar (Elzira Rodrigues, 91 anos).

A negociação eu não sei mesmo como foi. Foi só ele [marido] mesmo que foi ver isso. A gente não participava muito das coisas. Agora hoje a gente quer participar, dar palpite, quer falar. Naquela época não (Inês Carvalho, 70 anos).

Em síntese, a instalação de uma barragem transforma a conjuntura territorial em diferentes dimensões. Nesta seção foi possível observar alguns reflexos da UHE na estrutura familiar, como reforçar a dominação de gênero quando os corpos femininos foram proibidos de circular no âmbito público em razão dos riscos locais e no silenciamento feminino nos episódios de “negociação”; ou romper a dominação de gênero sendo a barragem um local para reorientar os rumos antes estabelecidos. A experiência da construção da barragem são ressignificadas e retraduzidas com base nas motivações e vivências pessoais, bem como analisado por Thompson (1998).

6. Gênero e as questões ambientais

A emergência da questão ambiental, na década de 1970, reorientou os olhares para o meio rural, estimulando novas formas de ocupação do território e novas interpretações deste espaço. Neste cenário, o processo de ressignificação do rural no município de Rifaina pode ser compreendido pela confluência da formação do lago artificial de Jaguara e a mobilização de recursos cognitivos da questão ambiental. Este *rural socioambiental* (BRANDENBURG, 2010) rompe com um ideal produtivista e estabelece a terra, a vegetação, as florestas, o que é dito natureza, como um local a ser preservado para o bem coletivo. Torna-se uma rica fonte de bens simbólicos que, ressignificados, impulsiona a economia e dinamiza as relações sociais e territoriais. Se antes as propriedades rurais seguiam um conjunto de atividades econômicas balizadas pela alternância da produção agrária entre “tempo de chuva” e “tempo de seca” (combinação entre olarias, cerâmicas e plantação agrícola), a submersão das terras produtivas bem como a interrupção das corredeiras naturais das águas do rio Grande pós 1970, incitou o surgimento de uma nova modalidade econômica na região: o turismo rural. Ademais, a valorização simbólica dos recursos naturais unido à preservação ambiental e abundância de águas límpidas no território estimulou a valorização da terra, gerando como resultado material a construção de ranchos e casas de veraneio de alto padrão nas margens do rio Grande.

Fica evidente que o término da construção, o fechamento das comportas e o enchimento do



reservatório da UHE de Jaguara proporcionaram novas realidades e dimensões no valor econômico das terras que margeiam o lago, com a possibilidade de turismo. Para além deste caso, convém destacar que a dinâmica no mercado de terras na área de influência de megaprojetos hídricos é uma das marcas desta temática, como bem sugere o estudo de Gonçalves *et al* (2001). Com efeito, no caso de Rifaina, as mulheres atingidas encarregaram-se de criar estratégias não tradicionais para o sustento familiar em um território que se desvinculou de suas características tradicionais, em virtude da submersão das terras produtivas, e passou a demandar atividades pluriativas (JOLLIVET, 1992).

Para estas mulheres, a valoração das terras e a emergência do turismo rural representou um caminho rentável a ser trilhado nesta nova conjuntura territorial. Em alguns casos, estas opções tiveram reflexos importantes na trajetória familiar após o alagamento do território e mudanças nos modos de apropriação, uso e ocupação da terra. Isso porque, muitas famílias que migraram para fora do município após a inundação das terras, optaram por retornar à cidade não apenas pelas lembranças e cargas simbólicas envoltos no território mas em função da ressignificação do rural, que interferiu na valoração da terra.

E assim, a gente nunca imaginou que os terrenos iam ficar nesses valores. Eu mesma comprei um terreno aqui na parte cima, onde nem tinha casa ainda. Eu paguei R\$ 2.500,00, hoje o valor do terreno é R\$ 180.000,00, R\$ 190.000,00! Se eu soubesse, tinha comprado um monte de terreno aqui na cidade [risos]. Ninguém imaginou que ia ficar assim! E cada vez está mais né? Mesmo nessa condição que o Brasil está hoje, os valores continuam o mesmo. É muito valorizado aqui (Inês Carvalho, 70 anos).

A manutenção das terras em exercício especulativo tem sido uma prática usual e histórico-processual neste território. Desde a formação do lago artificial há uma super valorização da terra e das casas que margeiam as águas. Evidentemente, não podemos associar a importância da atuação da mulher ao crescimento exponencial dos valores de mercado, mas é possível apreender a decidida intenção feminina de obter maior rendimento monetário e o propósito econômico ao expor seu desejo em comprar mais terrenos caso tivesse conhecimento do sentido mercadológico. Sob outra perspectiva, se o rendimento monetário não se deu pela especulação imobiliária, o *boom* no setor culinário explicita o agenciamento das mulheres para a estruturação de uma nova visão acerca do rural.

Hoje a cidade se sustenta pelo turismo. Todo mundo abre uma cozinha para fazer comida. Olha, você vê aqui a praia. Você viu o tanto de restaurante? É gente da Rifaina. São as mulheres da Rifaina. Então foi mudando para o turismo (Almerinda Martins, 70 anos).

A conjuntura de redimensionamento do mundo agrário por meio uma nova percepção da questão ambiental, em confluência com a formação do lago artificial de Jaguara, é essencial para o rompimento dos valores da tradicional propriedade patriarcal. Os corpos femininos passaram a ocupar a esfera pública e exercer o trabalho produtivo, superando a divisão de trabalho característica das sociedades agrárias, com as mulheres na esfera privada e longe do âmbito público. Vale ressaltar que estudos têm se debruçado na relação entre as dimensões de gênero e o turismo rural, seja para desmistificar as novas empresas rurais como espaço para incorporar a mulher ao trabalho remunerado (SPARRER, 2003), ou seja para apontar uma predisposição das mulheres da Galizia (Espanha) à diversificação da atividade agrária para a turística (DIEGUEZ-CASTILLON *et al*, 2012). A rigor, as mulheres de Rifaina pactuaram com a nova dinâmica econômica, uma dinâmica que demandou atividades pluriativas e diálogo com os novos anseios ambientais do rural contemporâneo.

7. Considerações finais

O objetivo deste artigo foi analisar a dimensão de gênero em um contexto de construção de



barragem. Por meio de um estudo de caso da Usina Hidrelétrica de Jaguará foi possível articular a dimensão de gênero a uma análise histórico-processual que teve como base três momentos: 1) antes da construção da barragem por meio das relações de trabalho exercida pelas mulheres no espaço rural, bem como suas sociabilidades no âmbito privado; 2) durante a construção da barragem pelo episódio de “negociação” de compra-venda da terra e o crescimento da população masculina no território; 3) pós construção da barragem, período de emergência da questão ambiental e ressignificação do rural refletindo a agência feminina e sua predisposição a pactuar com a nova dinâmica econômica.

É elementar pontuar que a dominação de gênero foi experienciada pelas mulheres *atingidas* em todos os períodos de análise propostos. Contudo, a instalação da barragem movimentou as amarras que controlavam seus corpos e que naturalizavam suas atividades. Evidente que, em alguns momentos, a dominação patriarcal foi reafirmada e reforçada seja pela figura masculina ou seja pela própria concessionária que silenciou os discursos femininos e suprimiu ou mesmo relativizou os desejos das mulheres a um processo justo e equitativo. Por outro lado, a UHE de Jaguará e a formação do lago artificial romperam com a dominação patriarcal de gênero ao reordenar o território e oportunizar novas dinâmicas, até então inexistentes. Como elemento central a este processo, há a decidida intenção das mulheres em obter algum rendimento econômico, seja pela instalação que estava em processo ou seja pela manifestação do turismo rural. Com efeito, estas tensões que a barragem instala no território produz uma resistência aos valores da tradicional propriedade rural e impulsiona uma nova forma de se relacionar com o rural.

Por fim, é fundamental destacar que as mulheres *atingidas* retraduziram suas *experiências* vividas com base em suas motivações, valores, normas, moral, conjuntura econômica e social. Isso quer dizer que o episódio de construção de barragem e as relações de dominação patriarcal de gênero são significadas a partir de sua reflexão, ou melhor, do “trato” dado aquele momento. Por isso, é possível ver uma relação entre as *experiências* mas não podemos traduzi-las como unidimensional. Há, portanto, uma multiplicidade de *experiências* mobilizada pelo recurso cognoscitivo e agência das mulheres que são adquiridas histórica e culturalmente.

8. Referências bibliográficas

ACSELRAD, Henri; SILVA, Maria das Graças da. Rearticulações sociais da terra e do trabalho em áreas de grandes projetos hídricos na Amazônia – o caso de Tucuruí. In: ZHOURI, Andréa (Org). **As tensões do lugar: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011. p. 61-92.

BOSI, Éclea. **Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos**. 3a ed. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

BORIS, Eileen. Produção e Reprodução, casa e trabalho. **Tempo Social, Revista de sociologia da USP**, São Paulo, v. 26, n.1, p. 101-121, 2014.

BRANDEMBURG, Alfio. Do rural tradicional ao rural socioambiental. **Ambiente & Sociedade**, v 13, n.2, p. 417-428, jul/dez. 2010.

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 205-227, jan./abr. 2004.

BRUMER, Anita; ANJOS, Gabriele dos. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. **Nera**, Presidente Prudente, v. 11, n. 12, p. 06-17, jan./jun. 2008.



CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do rio bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 7ª Ed. Livraria Duas Cidades LTDA. 1987, 334p.

CARDOSO, Jéssica Pires. **Trajetórias de vida e de classe: um estudo sobre rearranjos territoriais e identitários na implantação da usina hidrelétrica de Jaguará**. Dissertação Mestrado. São Carlos: UFSCar, 2016.

CARNEIRO, Maria José. Do rural como categoria de pensamento e como categoria analítica. In: _____. **Ruralidades Contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012. p. 23-50.

DERROSO, Giuliano Silveira; ICHIKAWA, Elisa Yoshie. A construção de uma usina hidrelétrica e a reconfiguração das identidades dos ribeirinhos: um estudo em Salto Caxias, Paraná. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo. v. 12, n. 3, p. 97-114, jul./set, 2014.

DIEGUEZ-CASTILLON, Maria Isabel; GUEIMONDE-CANTO, Ana; SINDE-CANTORNA, Ana; BLANCO-CERRADELO, Lígia. Turismo rural, empreendedorismo e gênero: um estudo de caso na comunidade autônoma da Galiza. **RESR**, Piracicaba, v. 50, nº 2, p. 371 – 382, 2012.

GONÇALVES, Juliano Costa; VALENCIO, Norma F. L.S; MARTINS, Rodrigo Constante; LEME, Alessandro André. Análise das Alterações de Comportamento do Mercado de Terras Rural Provocadas pela Implantação de Megaprojetos Hídricos. In. **Uso e Gestão dos Recursos Hídricos no Brasil**. VALENCIO, Norma F. L.S; MARTINS, Rodrigo Constante; LEME, Alessandro André (Orgs.). São Carlos: RiMa, 2001, p. 149-164.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

HIRATA, Helena; GUIMARÃES, Nadya Araújo. In: _____. **Cuidado e cuidadoras: as várias faces do trabalho do care**. São Paulo: Atlas, 2012, p. 1-11.

JOLLIVET, Marcel. A “vocalização atual” da sociologia rural. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 11, 1998, p. 05 – 25.

_____. **Pour une science sociale à travers champs: paysannerie, ruralité, capitalisme**. Paris: Ed. Arguments, 2001.

MARTINS, Rodrigo Constante. (Novas) Ruralidades e teoria social: um olhar weberiano sobre a noção de território. In. _____. **Ruralidades, trabalho e meio ambiente: diálogos sobre sociabilidades rurais contemporâneas**. São Carlos: EdUFSCar. 2014, p. 77-96.

PARMIGIANI, Jacqueline. Apontamentos para a história de uma luta: os atingidos pela barragem de Salto Caxias/PR. **Tempo da Ciência**, v. 13, n. 26, p. 107-123, 2º semestre 2006.

PASE, Hemerson Luiz; ROCHA, Humberto José da; O conflito social e político nas hidrelétricas da Bacia do Uruguai. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 30, n. 88, p. 99-113, jun., 2015.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. O peso do trabalho leve. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro: SBPC, v. 5, n.



28, p. 64-70, 1987.

_____. FAO, Fome e Mulheres Rurais. **Dados**. Rio de Janeiro, v. 56, n. 2, 2013, p. 285-310.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos Oraís: do “indizível” ao “ dizível . In: SIMSON, Olga Moraes Von. **Experimentos com Histórias de Vida (Itália-Brasil)**. São Paulo: vértice, 1988. p. 14-43.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015. 160p.

SPARRER, Marion. Genero y Turismo Rural. El ejemplo de la costa coruñesa. **Cuaderno de Turismo**, v. 11, p. 181 – 197, 2003.

THOMPSON, Edward. **A miséria da teoria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.

_____. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII. In. _____. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 150-202.

VAINER, Carlos Bernardo; ARAÚJO, Frederico Guilherme Bandeira. **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: CEDI, 1992. 85p.

WANDERLEY, Maria Nazaré Baudel. **O Mundo Rural como um Espaço de Vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre, RS: Ed. UFRGS, 2009.

Data de submissão do artigo: 16/07/2018

Data da decisão editorial: 30/05/2019